

3

“Manual” de produção de estilos “dóceis”

Ainda que o escopo da obra de Michel Foucault ultrapasse, em muito, as fronteiras dos fenômenos da Moda, pode-se extrair de seu pensamento algumas implicações para a compreensão dos mesmos.

Pensador da subjetividade, Foucault refletiu o corpo enquanto objeto político e produto das estratégias do saber/poder, corpo esse que, não apenas vestindo a moda, torna-se, sobretudo, sujeito e objeto da mesma.

Na presente pesquisa, procurou-se levar em conta a relação existente entre Moda, discurso, poder e, conseqüentemente, os corpos “dóceis” que se originam a partir da sua relação, personificando ideais forjados tanto ontem (através dos manuais de etiqueta e civilidade, estudados por Maria do Carmo Teixeira Rainho) como hoje (o discurso do “novo homem” e o ideal de masculinidade legitimado em um dado contexto/espço social).

3.1

Breve contexto histórico

A historiadora RAINHO realizou um estudo refletindo o processo de difusão da Moda, a partir do século XIX, no Rio de Janeiro.

Em sua obra intitulada “A cidade e a moda”, RAINHO afirma que uma das condições primeiras para a vinda da Família Real portuguesa para o país foi a de que o Rio de Janeiro, até então capital do império, fosse repaginado, tornando-se uma miniatura europeia, no que a autora chamou de “europeização” do Rio de Janeiro.

Para tal, todos os hábitos e costumes da cidade teriam sido submetidos a essa transformação, a fim de que o Rio de Janeiro passasse a ser considerado,

então, uma “boa sociedade”. Assim, seria necessário que todo e qualquer traço de “orientalização” encontrado na cidade, desde elementos de sua arquitetura até aos usos e costumes – sobretudo o de vestir –, fosse apagado.

Segundo a autora, diferentemente de como já acontecia na Europa, não havia espaço para o nascimento da Moda no Rio de Janeiro, afinal o comércio era, ainda, uma prática “incipiente” (2002, 48), assim como a vida social, que era escassa. Essa ideia vai ao encontro do que George Simmel propôs para a constituição da Moda na cidade, no meio urbano.

De acordo com SIMMEL, a noção de cidade e sua institucionalização são terreno sólido para a legitimação da Moda. Para ele, a intensa movimentação social, característica especial dos grandes centros urbanos no advento da modernidade, dá vida não apenas às trocas de experiências entre os indivíduos, mas também ao seu processo de subjetivação, permitindo que tais pessoas desenvolvam, em maior escala, sua individualidade e, conseqüentemente, a exteriorização de sua personalidade através do cuidado com a sua aparência.

Dessa forma, seriam as grandes cidades o espaço privilegiado para o desenvolvimento da moda. Primeiro porque, ao acentuarem a individualidade, dão novo *status* à apresentação e aos cuidados pessoais com a aparência, sendo a moda uma das formas de exteriorizar a personalidade de cada um. Segundo porque nelas se dava mais facilmente o progresso econômico das camadas inferiores, o que facilitava o seu acesso a vários bens de consumo. Tudo isso acabava por alterar o ritmo das mudanças da moda: afinal, se as camadas inferiores conseguiam imitar as mais altas, estas deveriam rapidamente adotar novas modas como forma de se distinguir socialmente (RAINHO, 2002, 25).

A partir da chegada da Família Real ao Brasil, essa vida social passou a ser mais intensa, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro passasse a receber a visita de “nobres, ministros e funcionários burocráticos que precisavam encontrar aqui os produtos que estavam habituados a consumir em Portugal”, conforme aponta RAINHO (Ibidem, 51), uma vez que os portos foram abertos, o que ocasionou a prática comercial e a circulação de bens e produtos de luxo.

Esse desejo de “europeização” também permitiria a perpetuação da socialização através de festas, bailes e demais encontros realizados nos salões da aristocracia.

3.2

Manuais de etiqueta e civilidade

RAINHO foi buscar nos chamados manuais de etiqueta e civilidade, que começaram a ser editados e comercializados no país a partir do século XIX, referências e informações que pudessem demonstrar, ou a fizessem caracterizar, o modo como a sociedade carioca se preparou (ou, foi preparada) – seus hábitos e costumes – para receber a Família Real e a imagem de cidade “europeia” no Brasil.

De acordo com RAINHO, tais manuais existiram para que os membros da dita nova “boa sociedade” se preparassem e se adequassem à vida na Corte, bem como se distinguissem “das outras camadas da sociedade, por meio do polimento dos costumes, da europeização da vida social e da adoção da moda estrangeira” (2002, 108). Ela coloca, ainda, que o surgimento da imprensa em 1808 facilitou a disseminação de tais ideias.

A imprensa e a produção de impressos tiveram seu crescimento influenciado, em larga escala, pela industrialização e a democratização ocorrida na comunicação desses meios, uma vez que o papel se tornou um item mais barato, conforme aponta CARDOSO (2008), possibilitando, assim, a produção de impressos a um menor preço. Isso fez com que mais pessoas, que antes não tinham poder aquisitivo para consumir esses materiais (e, quando o faziam, restringiam-se a livros e jornais), passassem a consumi-los. Acredita-se que isso tenha permitido uma maior difusão dos manuais de etiqueta e civilidade e de suas ideias.

Promovida por tais manuais, essas diretrizes de como as pessoas deveriam se “civilizar”, para poderem participar da dita “boa sociedade”, giravam em torno dos modos e comportamentos legitimados como os únicos aceitos pelas sociedades francesa e inglesa.

RAINHO reconhece que, se a intenção inicial de tais manuais de etiqueta e civilidade era adiantar as últimas novidades no que diz respeito às tendências do vestuário, por detrás eles carregavam consigo um caráter diferente, no que a autora chamou de “*corpus normativo*” (2002, 70).

Para ilustrar tal questão, RAINHO caracteriza os manuais como instrumentos repressores e dotados de uma ideologia dominante. Eles “possuem uma escrita ameaçadora, que transforma a vestimenta” (PERROT apud RAINHO, 2002, 69).

Norbert Elias e seu “processo civilizador” também se constituem como referência no que concerne ao assunto. Dessa forma, pode-se parafrasear RAINHO (2002, 98) a partir da relação que a mesma faz dos manuais com a proposta de ELIAS, quando afirma “a mudança de atitude nas relações entre os sexos com um sentimento de vergonha cercando essas relações” como uma das ideias disseminadas pelos ditames. Em suas palavras,

A civilidade é, portanto, distintiva e tem como objetivo *disciplinar* (grifo próprio) o indivíduo, para que ele manifeste nos gestos, nas posturas e nas atitudes o primado absoluto das formas da vida social (RAINHO, 2002, 99).

Para garantir o consumo e a aceitação dos manuais, os mesmos eram divulgados em jornais que, segundo RAINHO, defendiam sua importância e seu positivo caráter formador.

A autora vai além, quando relaciona tais manuais e as ideias presentes neles com as leis suntuárias que determinaram, no passado, o que, onde e como os indivíduos deviam vestir, de acordo com sua posição hierárquica na sociedade.

E, finalmente, os manuais de etiqueta e civilidade imprimiam a ideia de dimorfismo sexual a partir da aparência. RAINHO recorda PIMENTEL (1877) e seu curso “A ciência da civilização” quando cita:

Os chinós e as cabelereiras são desculpáveis em mulheres, que delas precisam, nos homens são ridículas. (...) O demasiado apuro nos vestidos, os enfeites e os aromas só são próprios das damas; e nessas mesmas, o asseio e a simplicidade são os seus maiores adornos. O homem que se apura e se enfeita como uma mulher mostra um caráter afeminado, vaidoso e que vive de bagatelas (PIMENTEL apud RAINHO, 2002, 137 e 138).

Os jornais e seus colunistas tiveram papel essencial no que se refere à disseminação dessas normas no âmbito sexual. E, o mais curioso é que mulheres jornalistas também comunicavam tal normatização. RAINHO cita, como exemplo, periódicos como “Jornal das Senhoras”, “O Correio das Modas” e “O novo manual do bom-tom”, dentre outros.

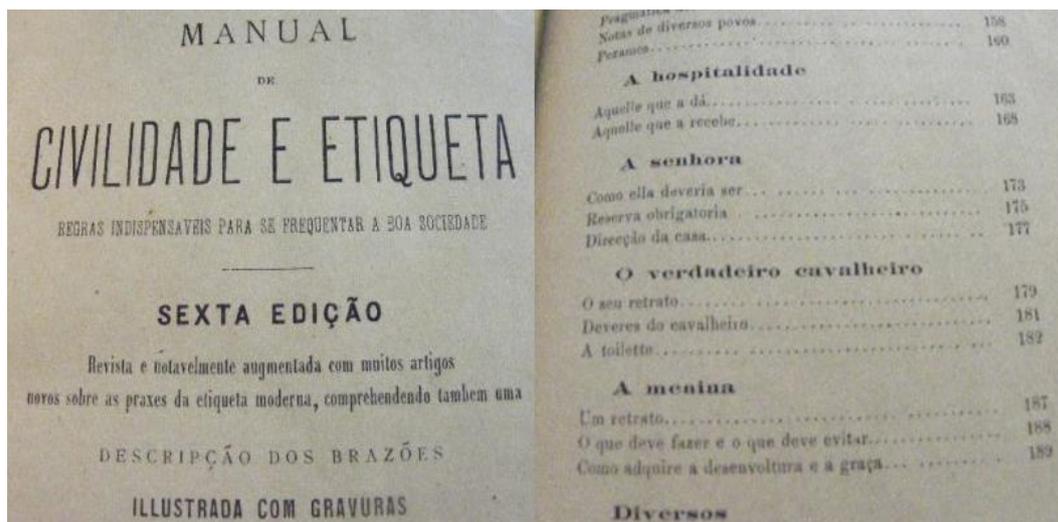


Figura 13 – Exemplo de um “manual de etiqueta e civilidade”, de Beatriz Nazareth, datado de 1895.

Os homens que ultrapassavam essa linha do que seria um visual masculino “limpo” e “decente”, como fizeram os dândis, por exemplo, acabavam mencionados em tais periódicos. Construía-se uma imagem deles como sendo a de homens fúteis e superficiais. RAINHO cita uma cronista do “Jornal das Senhoras”, sobre tais homens: “Domesticar? Sim, domesticar mesmo (...), só a mulher inteligente e compassiva será capaz de os domesticar e levá-los ao estado da verdadeira civilização, para um dia serem úteis a si e a sua pátria” (2002, 142).

Assim, o exagero, o excesso e a falta de decência no vestuário masculino restringiam-se, a partir do século XIX, àqueles que não conheciam o “bom-tom”, aos de comportamento efeminado e aos dândis. Em outras palavras, aos que ousavam se preocupar com aquilo que seria menor e fútil.

Domesticar seria, então, o verbo mais apropriado para descrever o que, de fato, os manuais de etiqueta e civilidade, no século XIX, desejavam fazer com a “boa sociedade” e a todos aqueles que, dela, desejassem fazer parte.

3.3

Vigilância e “corpos dóceis”

A noção foucaultiana de “corpos dóceis” foi amplamente abordada no livro “Vigiar e punir”, lançado originalmente em 1975. Na obra em questão,

FOUCAULT faz sua análise, a partir do século XVII – momento onde, segundo o mesmo, nasce a prisão –, de como se deu a evolução penal através da noção da disciplina.

O autor afirma que, em meados do século XVII, o ideal de um bom soldado era descrito a partir do modo como o mesmo se portava e mantinha a postura dos seus corpo e gestos. Assim sendo, o soldado ideal deveria ser reconhecido de longe, a partir dos estereótipos acima citados, exibindo vivacidade, atenção e coragem.

De acordo com FOUCAULT, para que o corpo fosse capaz de exibir esse perfil de “bom soldado” tornou-se uma prática, a partir do século XVIII, fabricá-lo dentro do ideal desejado.

Segunda metade do século XVIII: o soldado se tornou algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas: lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, assenhoreia-se dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos (FOUCAULT, 2012, 131).

Assim, o corpo dócil seria aquele modelo fabricado, criado e produzido de acordo com um determinado ideal, para que o mesmo correspondesse às expectativas de quem o “controla”. Em outras palavras, de quem o vigia.

E, esse processo de domesticação dos corpos era realizado através da disciplina. O corpo disciplinado é aquele domesticado e “docilizado”. Dessa forma, a disciplina é uma das instâncias que permite a existência dos ditos corpos dóceis.

O corpo seria controlado, a partir daí, de maneira minuciosa, através de seus gestos, hábitos e comportamentos, para que, assim, pudesse ser moldado de acordo com o “sistema”. Ou seja, embora a disciplina seja vista em um contexto de produtividade – afinal, quanto maior fosse a sua aplicabilidade no sujeito, maior a doação de suas potencialidades produtivas –, ela serve, especialmente, para controlar as suas atitudes, de modo que as mesmas possam agir dentro ou conforme o esperado.

Além de moldado e domesticado, o corpo passa a ser monitorado, a fim de que se possa verificar se o procedimento da prática disciplinar foi realizado, de fato, com sucesso. Dessa forma, o ato de se vigiar faz parte da disciplina. E, esse é um processo que se dá de maneira constante. De acordo com FOUCAULT, nada passaria despercebido aos mecanismos de regulação.

A disciplina é uma anatomia política do detalhe. (...) Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo. (...) pretendia, com a rigorosa disciplina que fazia reinar, “abraçar o conjunto dessa vasta máquina sem que lhe pudesse escapar o mínimo detalhe”¹ (FOUCAULT, 2012, 134 e 136).

Assim, aos olhos da vigilância, os corpos passariam a ser disciplinados e homogêneos. Ou seja, normativos.

Contudo, como era feita essa vigilância? Tais corpos, aos olhos que tudo veem, não poderiam fingir, por exemplo, uma falsa obediência e, posteriormente, rebelarem-se contra tais dispositivos de controle?

De certa forma, até poderiam sim, afinal a institucionalização do poder acaba por servir de cenário para o surgimento da resistência. Entretanto, fazia parte do processo da dócil disciplina dos corpos a também dócil e “invisível” vigilância, que FOUCAULT buscou exemplificar a partir do conceito proposto pelo Panóptico, projeto de prisão desenhado no século XVIII pelo inglês Jeremy Bentham e que, por sua vez, acabou se configurando como modelo para escolas, quartéis e demais instituições de cunho formador e corretivo.

Para FOUCAULT, tal instrumento demonstra, com maestria, a maneira como se comporta o poder na sociedade. Nas palavras do pensador, seu efeito mais importante era “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (2012, 191).

¹ TREILHARD, J.B. de. *Motifs Du code d'instruction criminelle*. 1808, p. 14. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

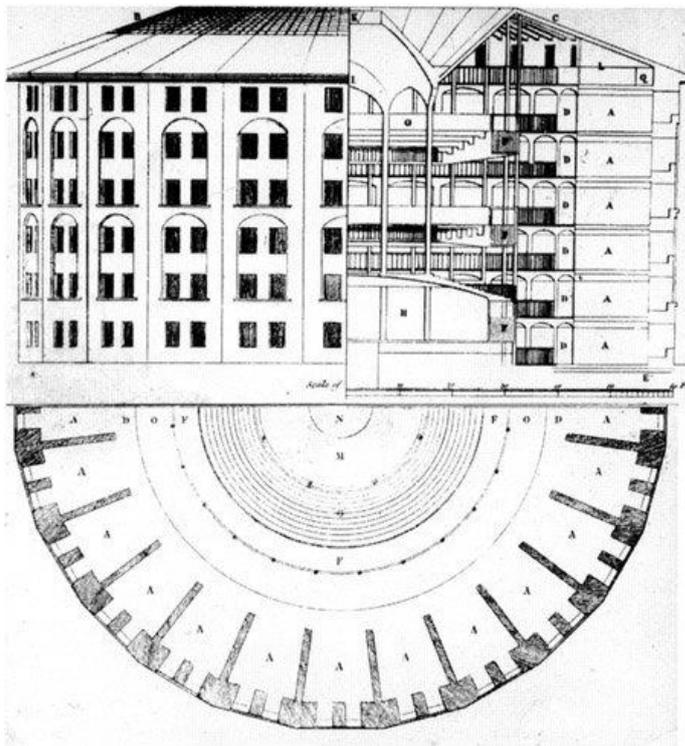


Figura 14 – O modelo do sistema panóptico sendo usado na planta de uma prisão.

O princípio de modelo do panóptico era constituído de três partes principais: espaço fechado e cercado, celas e uma torre central.

O espaço fechado era a “fortaleza”, onde a prisão era propriamente constituída. As celas, construídas ao longo de toda essa área e paralela à margem que limitava o espaço da prisão, de modo que quase todo o centro da penitenciária fosse vazio, formando um pátio. E, finalmente, no centro desse “pátio”, encontrava-se uma torre, a “torre de vigilância”.

Nessa estrutura, os presidiários permaneciam trancados em suas respectivas celas, dispostas ao redor da alta torre central. Tais celas, iluminadas, permitiam que se visse absolutamente todo o seu interior (os presos e suas ações). Dentro da torre central, encontravam-se os “olhos” que viam mas que não eram vistos.

Em suma, os prisioneiros eram vistos, mas não podiam ver quem estava na torre. Isso torna possível, então – conforme justifica Bentham –,

o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 2012, 191).

Garantia-se, assim, o sucesso do processo disciplinar: como o detento nunca sabia o que, quem e quando ele seria vigiado e, conseqüentemente, temia uma possível punição, os mesmos se viam obrigados a policiar, a todo instante, seu comportamento, de acordo com aquilo o que era esperado. Sobre essa questão, FOUCAULT afirma que “o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens” (Ibidem, 194).

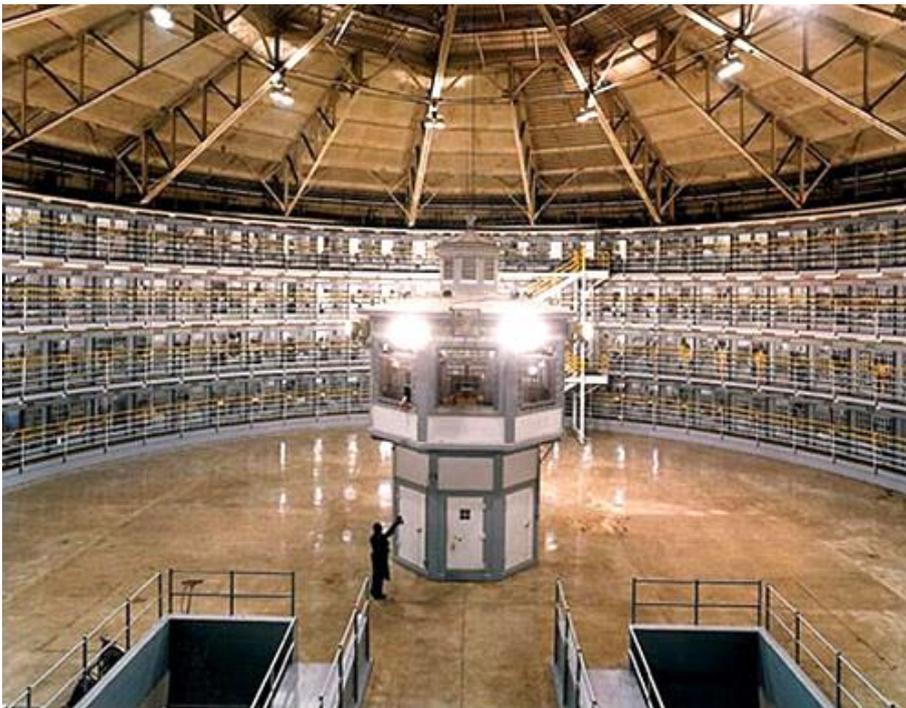


Figura 15 – A prisão e a torre central (o “olho que tudo vê”)

3.4

Punir

Até então, falou-se de como o poder se articula através da disciplina, das instituições sociais (como a escola, os quartéis e as prisões) e das técnicas do vigiar, onde a melhor maneira de se compreender esse esquema teria sido a partir do panóptico de Bentham.

O “desfecho” da proposta defendida por FOUCAULT, e que completa o nome do seu livro “Vigiar e punir”, seria a punição. O ato de punir seria empregado em conjunto com o processo de se vigiar, de modo que se pudesse

manter, dessa maneira, a disciplina. Aqueles que apresentassem, ainda, um comportamento desviante seriam punidos para que, então, pudessem agir, finalmente, conforme o esperado e, também, para que servissem de exemplo aos demais.

No entanto, mais uma vez fazendo referência ao panóptico, a eficiência do método proposto pelo inglês Bentham está justamente no fato de que, com a sua institucionalização, a probabilidade de ocorrência da punição e do castigo se torna menor. Afinal, como a ideia do panóptico é nunca deixar que os “vigiados” saibam em qual momento eles são vigiados, os prisioneiros (aluno, funcionário ou qualquer outro que personifique tal “papal”) acabam se disciplinando a todo o instante, temendo a punição.

3.5

Analogias

O que, de toda essa reflexão, pode-se relacionar com a Moda e, em especial, com o ideal de masculinidade que vem sendo discutido no presente? Qual seria a relação existente entre a noção de poder e a de corpo? E, sobretudo, entre corpo e sexualidade?

Remetendo ao que fora dito, FOUCAULT propunha a necessidade de se descentralizar o poder da esfera da política e da jurisdição para que, assim, tornasse-se possível analisar o seu papel para além de um caráter excludente, visto que o mesmo, segundo o autor, também atua na construção e na produção de saberes. Em outras palavras, o poder não apenas reprime, mas também produz – e reproduz.

Através desses saberes que ele produz, originam-se indivíduos que, ao contrário de serem excluídos ou destruídos, são fabricados (“corpos dóceis”) através dos seus gestos, hábitos e comportamento. E, esses serão os indivíduos objetos do estudo e da pesquisa das ciências humanas, pois serão vistos, a partir daí, como sujeitos e, ao mesmo tempo, como objeto do saber e do conhecimento.

Sendo assim, esse corpo que é individualizado e normatizado através dos gestos e de suas práticas será o mesmo que vestirá a roupa e, conseqüentemente, a

quem se destinará o discurso da Moda. E, em seguida, poder-se-á refletir sobre as relações entre a Moda e o poder, bem como a noção de masculinidade, à luz do pensamento “foucaultiano”.

3.6

Discurso e Foucault

Para FOUCAULT, assim como a disciplina, o discurso também é um objeto do poder. Ele (o discurso) atua tanto como possibilidade da prática do poder como, sobretudo, configura-se como seu produto. Pode-se afirmar, então, que o discurso e o poder são confluentes um ao outro, já que o primeiro vai existir como instrumento e produto do segundo, sem deixar de estabelecer a sua hegemonia. Nas palavras de VANDRESEN (2010, 9), “a relação entre discurso e poder é acima de tudo uma relação produtiva, pois à medida que o poder se manifesta pelo discurso, esse por sua vez produz mais poder”.

FOUCAULT não tinha a pretensão de afirmar, com isso, que se deveria denunciar, apenas, a existência do discurso. Ele defendia a descoberta da natureza desse discurso, ou seja, o que teria permitido a sua legitimação como verdade e os saberes que ele forma e comunica. Para tal, o autor convidou a se olhar para trás, a fim de buscar respostas para saber a razão de um determinado saber ter sido concebido como verdadeiro ou não, de acordo com a sua temporalidade.

(...) em cada época há um espaço de ordem que constitui os saberes, espaço que é condição de possibilidade do aparecimento de saberes, que determina o que pode ser pensado e como ser pensado, o que pode ser dito e como ser dito. Assim, epistémê nada mais é do que o aparecimento de uma ordem em determinado momento histórico e que os saberes que nele surgem, manifestos nos discursos, são tomados como verdadeiros devido a sua influência (VANDRESEN, 2010, 2).

O discurso vai enunciar como verdadeiro, então, aquilo que estiver dentro de uma dada temporalidade, em conformidade com o solo epistemológico que constitui o seu “horizonte do pensável”.

FOUCAULT (2000, 55) aborda, ainda, que é de todo necessário reconhecer e se questionar a respeito dos objetos e indivíduos que vêm a surgir do discurso. Parafraçando-o, torna-se imprescindível considerar o discurso “como práticas

que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Afinal, mesmo que “os discursos” sejam “feitos de signos”, eles vão além e “o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas”. Então, segundo ele, seria esse o “‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.

3.7

Discurso e poder

Costumeiramente, a palavra *poder* costuma ser associada a uma ideia de atividade. Ou seja, independentemente do seu contexto, ela vem sempre relacionada à noção do poder como algo ativo.

De acordo com FERREIRINHA & RAITZ (2010), o dicionário de filosofia afirma que a palavra “poder” representa toda e qualquer ação que se faça, de maneira consciente ou não, utilizando-se de qualquer força, seja ela econômica, social ou política, de modo a se alcançar dado resultado pretendido.

As autoras também afirmam perceber que, ainda assim, “poder” traz um significado que remete à autoridade. No entanto, ambas as definições apresentam um caráter um tanto quanto duro e inflexível, remetendo-o apenas à política e, no caso do dicionário da política, ao social.

Conforme já fora citado, FOUCAULT buscou ir além da esfera política e analisou o poder a partir do sujeito e da verdade. O poder em nossa sociedade fabrica corpos, através dos seus mecanismos e instituições sociais, de maneira “panóptica”. Todo esse esquema só funciona devido à existência de um discurso que o sustenta. Sendo assim, esse discurso acaba por conceber um saber como correto e verdadeiro, em detrimento dos outros possíveis e existentes.

O discurso pode (e irá) variar de uma sociedade para outra. Em outras palavras, cada sociedade e, em especial, cada indivíduo vai adotar para si aquele discurso que estiver em maior alinhamento com sua ideologia.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são

valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2012, 52).

Um discurso sobre a masculinidade vigente no Brasil afirma que masculino é aquele homem heterossexual, macho e viril, desprovido de substantivos como o carinho, a delicadeza e a sensibilidade, dentre outros que, também, são associados ao gênero feminino, limitando, dessa forma, seus processos de subjetivação.

O poder é exercido, então, na legitimação desse discurso sobre o ideal do que é ser homem e masculino. E, essa configuração de quem é homem e de qual seria o papel que o mesmo exerceria na sociedade ficaram bem definidos, em especial, a partir do século XIX, momento onde Foucault data sua concepção de história da sexualidade moderna – ao menos, da maneira como a mesma é concebida atualmente.

Com o sexo passando a ser considerado apenas em sua visão procriadora, praticado entre homem e mulher e realizado entre quatro paredes, estabelece-se que a figura esperada como a normal seria a heterossexual. Dessa maneira, o homem que se desviasse do discurso promovido de masculinidade “normal” seria considerado um indivíduo de comportamento desviante. De acordo com FILHO (2010, 4), “a massificação da ideia do casal heterossexual como o modelo da correção e da ‘normalidade’ contribui para a manutenção do estereótipo da figura masculina como sendo viril e dominadora da relação”.

Sendo assim, os corpos dóceis são retirados de uma esfera meramente econômica e produtiva para uma visão antropológica e ideológica dos mesmos. Mas, como o poder, em tal contexto, vai garantir que os corpos (indivíduos) fabricados estão, de fato, passivos ao seu discurso? Caberia, aqui, a visão panóptica?

É notório o fato de que não há uma torre central física, construída na sociedade e que observaria o modo como os homens se comportam e gesticulam. Ao menos, não como o modelo desenhado e proposto por Jeremy Bentham. Entretanto, a ideia de se ter um “olho que tudo vê”, a todo instante, é aceitável. Sabe-se que nos grandes centros urbanos contemporâneos os indivíduos têm suas vidas “monitoradas” por câmeras que se encontram espalhadas por todas as partes, que vão dos elevadores às escolas, dos meios de transporte aos consultórios

médicos, dentre outros, chegando ao extremo de câmeras encontradas no interior de provadores de lojas de roupas. Essa prática de se vigiar as pessoas em seu cotidiano gera nas mesmas a ideia de que elas possam ser filmadas a todo e qualquer momento e situação, fazendo com que esses indivíduos policiem suas ações (disciplinem seus corpos) em conformidade com tudo aquilo que é promovido pelo poder.



Figura 16 – Um exemplo de mecanismo de controle nos dias de hoje.

No caso da masculinidade hegemônica em questão, no entanto, a maior vigilância a que os corpos são submetidos se refere a eles mesmos. Em outras palavras, o olhar do outro acaba sendo, ao lado do poder, seu maior panóptico. Uma vez aceito o discurso, o indivíduo que teve seu corpo docilmente fabricado vai se tornar sujeito e objeto do discurso, passando, também, a enunciá-lo, bem como “punindo” aquele que se desvie do mesmo. Na célebre citação de Hobbes, “o homem é o lobo do homem”.²

Como a vigilância vem de todos os lados e pode ser exercida a qualquer instante, o homem precisa conduzir seu comportamento, então, a todo momento, no que DAMATTA (2010, 138) classificou como sendo uma “eterna vigilância das emoções”.

² Do latim, *homo homini lupus*.

3.8

Poder disciplinar e moda

Refletindo-se a palavra poder para além da sua esfera política, assim como foi proposto por FOUCAULT, e concebendo-a a partir de um contexto social, tornar-se-á possível estabelecer, então, uma relação entre as noções de poder e Moda.

Se pensarmos a Moda como uma prática social, ativa e que se relaciona à verdade(s) – discursos – para veicular saberes, estabelece-se, aí, sua analogia com o poder estudado por FOUCAULT.

Os estudiosos da história do vestuário reconhecem que, por muito tempo, a Moda era um instrumento de distinção e poder. Através da roupa, os indivíduos se distinguiram socialmente uns dos outros, alimentando, dessa forma, a noção hierárquica de classes. Consequentemente, a roupa funcionava como insígnia de poder, pois ela exibia, exatamente, o quanto de poder tal indivíduo ou outro possuía no meio social onde estava inserido. A roupa, o tecido usado e a metragem do mesmo exprimiam a relação que um homem tinha com o poder.

E, não apenas deleitavam-se com seu visual. Aqueles que detinham o poder também *ditavam* o quê, como e onde uma peça deveria ser usada. A “Grande Renúncia Masculina”, proposta por FLÜGEL, afirmava que os homens, a partir do século XIX – e motivados por fatores como, especialmente, a Revolução Francesa – passaram a negar seu gosto pela moda e pela aparência. Porém, mesmo que sua roupa tenha se modificado gradativamente, incluindo aí a modelagem (tornando-se mais justa) e a cartela de cores (mais sóbria), podemos especular que essa “renúncia” vinha acompanhada de um acréscimo de poder, ou pelo menos de um discurso que reforçava as “virtudes” masculinas em uma posição de superioridade em relação ao “excesso” feminino.

De acordo com o que fora discutido no início do presente capítulo, pode-se ver que a chegada da Família Real Portuguesa trouxe, junto, toda uma esfera de regulamentação a tudo aquilo que deveria ser usado, instituindo assim as bases para se implementar o fenômeno da “Moda” na antiga colônia.

Os manuais de etiqueta e civilidade perduram, na realidade, até os dias de hoje, se pensarmos no papel que muitas publicações de moda exercem. A Moda é um fenômeno moderno e das aparências que pode ser remetido à noção de corpos dóceis, apresentada por FOUCAULT. Afinal, por meio de suas proposições, sugere-se a imagem (estilo, gestos e hábitos) que os indivíduos devem adotar para estar dentro do que é legitimado como correto. No caso em questão, o que se espera de um homem: estilo, despojamento e elegância, mas, acima de tudo, masculinidade e virilidade.

Se esses manuais de etiqueta e civilidade forem encarados não apenas como uma publicação informativa, mas como instrumento de educar e impor maneiras, modos e condutas, torna-se possível compreendê-los à luz da noção de “corpos dóceis”, de FOUCAULT.

Embora essas proposições não sejam obrigações, a noção de que a adequação a esses ensinamentos seria condição primeira a todos aqueles que almejassem alcançar a aristocracia não dava muita chance para uma recusa. Em outras palavras, quem desejasse ser distinto deveria seguir tais ditames.

Levando-se tudo isso em consideração, acredita-se que os homens foram docilizados, no século XIX, a essa disciplina de que Moda é coisa de mulher e, dependendo da quantidade de interesse que demonstrasse em relação a ela (à Moda), essa sua aproximação poderia qualificá-lo como mais ou menos homem.

Essas questões apresentadas acabam por levantar dúvidas sobre o discurso, hoje tão divulgado e observado, de que a contemporaneidade se vê diante de um “novo homem”, aquele que estaria mudando o perfil de masculinidade do homem tradicional em seus valores estéticos e de ordem pessoal e profissional.

3.9

Conclusão

Através dos manuais de etiqueta e civilidade, apresentados por RAINHO como o meio encontrado pelos portugueses, que chegaram no Brasil em 1808, de “europeizar” a cidade do Rio de Janeiro, bem como a sociedade carioca,

adequando-a a um padrão similar ao que existia na Europa, estabeleceu-se um paralelo com a produção e veiculação de informações da Moda para garantir, não mais que os indivíduos (no caso específico, os homens) se tornassem europeus, mas que estivessem dentro de parâmetros de masculinidade ideal.

Para analisar como esses “manuais de etiqueta” contemporâneos funcionam, estudou-se a noção de Foucault de poder e discurso.

Primeiramente, buscou-se desmistificar a ideia de que o poder não é centralizado. Ele se organiza em rede e, como tal, está em todos os lugares, não pertencendo a um indivíduo ou grupo de indivíduos em específico, o que torna maior a sua complexidade, visto que ele é exercido a todo o tempo, sem que se saiba, exatamente, onde se encontra e em que momento se está “vigilando”.

Realizou-se a relação dos corpos dóceis, expressão criada por Foucault para representar os indivíduos originados a partir das relações de poder. O corpo dócil seria o sujeito moldado pelo discurso do poder. Em relação à moda masculina, onde o discurso se habitou a promover a ideia de que certos elementos do guarda-roupa não eram “coisa de homem”, os corpos dóceis podem ser vistos a partir dos homens que passam a se comportar e a negar tudo aquilo o que o discurso promove como um ideal.

Esses corpos, então, atuam não apenas como objeto do discurso, mas, também, como sujeitos, uma vez que personificam aquilo que é legitimado, assim como passam a promovê-lo também.

Para se refletir essa noção de discurso na prática, o próximo capítulo apresenta um estudo de caso feito a partir da revista brasileira “*Men’s Health*”, que pode ser usada, nesse caso, como um exemplo de “manual de etiqueta” atual e que se propõe a dialogar com o homem moderno.